

A AGÊNCIA DAS VÍTIMAS PARA UMA INTERVENÇÃO EMANCIPATÓRIA

Maria José Magalhães – FPCEUP / CIEG, CIIE, CEINAV,
Porto 30 Junho 2016



Introdução

- As culturas de intervenção entre os 4 países diferem bastante no que se refere ao enquadramento político e ideológico e da política social face à proteção e apoio a mulheres de grupos sociais mais desprivilegiados e de etnias subalternas (minoritárias), incluindo grupos sociais discriminados (Roma, camponesas), imigrantes, LGBT, e outras;

Introdução (2)

- Nos 4 países, a VD é vista como uma questão de interesse público;
- A linguagem é gender-neutral nos 4 países, embora os documentos legais identifiquem as mulheres como as principais vítimas;
- UK e DE não têm lei específica para a VD, embora tenham desenvolvido as políticas sociais de intervenção; papel determinante dos movimentos feministas nacionais;
- SLO - violência familiar; PT VD como crime público.

Introdução (3)

- Nos 4 países, o enquadramento legal está imerso no respetivo contexto sócio-político-cultural:

“what counts as truth is produced in the interest of those in power to shape reality and that this process is pervasive as it is necessary, as it is changeable” (MacKinnon, 1983, p. 640).
- Seguem-se os principais resultados da pesquisa para os 4 países, no campo da DV, a partir de uma análise comparativa hermenêutica.

Introdução (3)

- Nos 4 países, o enquadramento legal está imerso no respetivo contexto sócio-político-cultural:

“what counts as truth is produced in the interest of those in power to shape reality and that this process is pervasive as it is necessary, as it is changeable” (MacKinnon, 1983, p. 640).
- Seguem-se os principais resultados da pesquisa para os 4 países, no campo da DV, a partir de uma análise comparativa hermenêutica.

Principais resultados (1)

- Nos 4 países, a noção de empoderamento das mulheres vítimas e sobreviventes está presente nos discursos dos profissionais, apesar de não estar explicitada a participação das vítimas sobreviventes nos processos de saída da violência.
- A ausência de processos de participação das vozes das mulheres e das suas experiências contribui para o processo de *othering*, perspectivando-as como submissas, ambivalentes, desempoderadas, sem agência, espaço para a ação ou resistência;

Principais resultados (2)

- O silêncio das mulheres, assim como o seu silenciamento não são conceptualizados) (a crença comum é de que as mulheres que não apresentam queixa ou não querem sair da relação são resignadas e desempoderadas).
- Nos 4 países, as/os diversos/as profissionais estão bastante implicados no processo de irradicação da violência doméstica contra as mulheres.

Principais resultados (3)

- A ausência (não de todas/os) de referência à agência das mulheres é confrontada por uma forte presença da e estratégias de resistência à violência, de diferentes processos para escapar à violência e de consciência acerca da violência e dos seus mecanismos, por parte das participantes.

Principais resultados (4)

- Nos 4 países, algumas/uns profissionais apresentam dilemas sobre quando e como intervir, no entanto, as narrativas das vítimas contam histórias de intervenções não atempadas (ou cedo demais ou tarde demais)
- O consenso político e legal acerca da irradicação da violência na esfera privada não encontra equivalente na esfera pública onde o patriarcado, a colonialidade e as relações sociais de poder e exploração são pervasivas em todas as dimensões da sociedade.

Principais resultados (5)

- Em alguns casos, a violência epistémica nos sistemas de intervenção é visível — as/os profissionais são perspetivados/as como as pessoas que sabem e as mulheres e as crianças como quem não sabe — por vezes, mais evidente quando se trata de mulheres de grupos sociais ou culturas étnias minoritários (nos 4 países) ou mulheres de países previamente colonizados (PT e UK);
- O discurso sobre o risco parece (mais no UK) empurrar as/os profissionais que se confrontam com situações de perigo para a urgência de apresentar resultados em termos institucionais e diminuir os números da VD e do femicídio. Este discurso em conjunto com as medidas de austeridade podem colocar em causa uma intervenção de qualidade com as vítimas.

Principais resultados (6)

- A criminalização da DV foi uma perspectiva muito presente (sobretudo em PT e SLO), diferentemente de na DE.
- No entanto, apesar do consenso sobre a criminalização, nos 4 países, o registo de condenações é muito baixo. O discurso é construído numa base individual e de modo dicotómico — ou criminalização ou tolerância — deixando de fora a complexidade das relações de poder e as formas como as mulheres negoceiam as suas vidas. Nesta dicotomia, o silêncio das mulheres é visto como sinal de atraso, resignação e submissão à sua comunidade ou como sinal de “dependência emocional”.

Principais resultados (6)

- A auto-determinação e autonomia das mulheres é construída de modo diferente pelos/as profissionais dos 4 países. Esta questão pode relacionar-se, embora não linearmente, com as culturas de intervenção nos 4 países (Hagemann-White, 2016). Em alguns países, os movimentos feministas tiveram mais sucesso na definição dos termos da cultura de (e dos sistemas de) intervenção, assim como das estruturas e serviços de apoio, com acentuação na dominação patriarcal e privilégios masculinos (DE and UK), enquanto em outros países, as organizações feministas tiveram de negociar no discurso hegemónico as definições e o enquadramento institucional, legal e de política social (PT and SLO).

Principais resultados (7)

- A culturalização da violência por parte de discursos de alguns/mas profissionais, nos 4 países, pode ser confrontada com uma perspectiva muito mais complexa e matizada de cultura por parte das participantes que nos contaram as suas histórias.
- As participantes nunca mencionaram que a cultura é uma barreira para reconhecerem a violência. De modo interessante, quando se referiram à (sua) cultura, foi para expressar que as culturas (em geral e também a sua) privilegiam os homens.
- A investigação recente tem mostrado até que ponto a cultura é construída ora como um problema, ora como razão para não intervenção por parte das instituições (Batsleer et al., 2002; Chantler et al., 2001), e têm mostrado também como estas construções de cultura no interior dos serviços podem, potencialmente, servir como barreira para providenciar serviços adequados.

Nota final (1)

- Nos 4 países, fica evidente uma desatenção acerca da agência das mulheres, do seu sofrimento, das suas vozes e perspectivas;
- Uma explicação pode ser que o sucesso do ativismo feminista na consciencialização pública exigindo proteção e serviços para as mulheres pode ter também conduzido ao envolvimento crescente das forças da lei e policiais assim como a uma progressiva profissionalização da intervenção na DV.

Nota final (2)

- Embora este processo tenha conseguido atingir metas fundamentais para o apoio e proteção às vítimas e aumentado a consciencialização pública acerca da violência doméstica, teve também o efeito de substituir o papel dos movimentos de mulheres e das ONGs de mulheres nos processos de intervenção. Pelo caminho ficaram também as vozes, perspetivas e subjetividades das mulheres.

References

- Hagemann-White, Carol (2016) “Intervention cultures”, CEINAV, mimeo.
- Chaturvedi, Vinayak (ed.) (2012) *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*, London: Verso & New Left Review.
- Green, Marcus (2002) Gramsci Cannot Speak: Presentations and Interpretations of Gramsci’s Concept of the Subaltern, *Rethinking Marxism*, Vol. 14, Number 3 (Fall 2002), 1-23.
- Gramsci, Antonio () *Prison Notes*,
- Alves, Ana Rodrigues Cavalcanti (2010) “O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”, *Lua Nova*, São Paulo, 80: 71-96, 2010
- Carbin, Maria & Edenheim, Sara (2013) “The intersectional turn in feminist theory: A dream of a common language?”, *European Journal of Women’s Studies*, 0(0) 1 –16.
- McKibbin, Gemma; Duncan, Rachael; Hamilton, Bridget; Humphreys, Cathy & Kellett, Connie (2015) The intersectional turn in feminist theory: A response to Carbin and Edenheim (2013), *European Journal of Women’s Studies* 2015, Vol. 22(1) 99–103.
- Gill, Aisha K & Brah, Avtar (2014) “Interrogating cultural narratives about ‘honour’ based violence”, *European Journal of Women’s Studies*, 2014, Vol. 21(1) 72–86.
- Ahmed, Bipasha; Reavey, Paula & Majumdar, Anamika (2009) “Constructions of ‘Culture’ in Accounts of South Asian Women Survivors of Sexual Violence”, *Feminism & Psychology*, Vol. 19(1): 7–28; 0959-3535.
- Quijano, Anibal (2000) “Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America”, *Nepantla: Views from South*, 2000, Vol. 1 Issue 3, p533-582.